

-----ATA N.º 266-----

----- Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

1 Período da Ordem do Dia-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2021-----
- 1.3 Concurso para Chefe de Divisão Financeira – Designação do Júri-----
- 1.4 CPCJ – Relatório de Atividades 2020 e Plano de Ação 2021-----
- 1.5 Conselho Cinegético Municipal – Eleição-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Belmiro Manuel Marques-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Sónia Marisa Pereira Correia-----
- Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Ana Maria Tavares Mendes, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques, Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Sónia Marisa Pereira Correia e Jorge Manuel Henriques da Graça que foi substituído por Belmiro Manuel Marques.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----Ordem de trabalhos-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 264, da sessão ordinária de 27 de novembro de 2020, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Cipriano Nogueira, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva, Sónia Correia e Tony Martins.-----

1.2 Correspondência:-----

O órgão deliberativo tomou conhecimento da informação disponibilizada sobre os seguintes assuntos:-----

- Covid19 – Painéis Publicitários;-----
- Covid19 – Hospital de Retaguarda;-----
- Informação relativa ao Centro Escolar de Sever do Vouga.-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da seguinte correspondência recebida:-----

- Convite do Rotary Club Sever do Vouga, para participar, no dia 30 de janeiro de 2021, por videoconferência, na homenagem que os rotários fizeram às quatro IPSS do nosso concelho pelo seu trabalho incansável no combate à epidemia;-----
- Convite, da parte da nova associação de promoção de Sever do Vouga, Viver Sever, para participar, no dia 5 de fevereiro, por videoconferência, numa reunião de apresentação.-----

Ainda neste período o presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os seguintes votos de pesar:-----

- 1) Pelo falecimento do senhor Reinaldo Martins Amaral, que foi membro da Assembleia Municipal por inerência do cargo de presidente da Junta de Freguesia de Sever do Vouga, desempenhado nos anos de 1990 a 2005.-----
- 2) Ao membro da Assembleia Municipal Jorge Manuel Henriques da Graça, pelo falecimento da senhora sua mãe.-----
- 3) Ao presidente da Câmara Municipal, pelo falecimento da senhora sua mãe.-----
- 4) Aos vereadores Paulo Martins e Pedro Lobo, pelo falecimento das suas avós.-----

Os votos de pesar fora aprovados, por unanimidade, pelos membros presentes.-----

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura de uma mensagem que o membro Jorge Graça pediu para ser transmitida: *“Caros membros da mesa da Câmara municipal presidentes de junta e deputados de todas as bancadas da Assembleia Municipal de Sever do Vouga. neste momento de extrema e profunda dor para mim e para minha família quero agradecer a todos as manifestações de pesar, apoio e conforto que me transmitiram. Registo e agradeço-vos a vossa solidariedade e fraternidade para comigo e com a minha família minimizando possíveis divergências políticas que, por vezes, ocorrem. É, para mim, um sinal da vossa humanidade. O vosso apoio ajuda a minimizar o nosso sofrimento. Em nome da minha família e em meu nome pessoal o meu reconhecido e muito muito obrigado. Abraço a todos.”*-----

-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

Tony Martins – Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes de Juntas de Freguesia, minhas senhoras e meus senhores. Estamos a viver há sensivelmente um ano numa situação em que, se

calhar, nenhum de nós imaginaria viver. Este mal afetou e continua a afetar a vida quotidiana dos severenses e do mundo em geral. Embora a medicina tenha registado avanços no combate ao vírus Covid-19 e até já existam algumas soluções de vacinas, é certo que esta situação nos continuará a afetar nos tempos futuros. Daí alertarmos para a necessidade de o executivo estar atento, planear antecipar a solução para os problemas que já se registam e com tendência de agravar, nomeadamente no apoio à saúde, no apoio social, no apoio às empresas e comércio local. Como já aqui o afirmamos por diversas vezes, é prioritário e urgente a criação de um fundo de apoio Covid, de forma a minimizar o impacto do Covid-19 no nosso concelho. Entretanto, a vida continua e não podemos ignorar outras preocupações e necessidades do concelho. Estamos em fevereiro, inícios do ano de 2021, alertamos desde já para a necessidade de pôr em marcha o plano municipal de emergência através de reuniões de coordenação, ações de reconhecimento de necessidades, limpeza e manutenção de faixas de combustível e caminhos florestais. Todo este trabalho tem que ser executado em tempo útil e não quando houver alguma emergência. Esperamos que o executivo tenha em consideração este nosso alerta de forma que o concelho esteja devidamente prevenido e preparado aquando de uma qualquer emergência que esperamos não aconteça, para bem de todos os severenses. Outro assunto que queremos destacar é que reiteramos os sucessivos alertas em assembleias municipais anteriores, para a necessidade de manutenção dos diversos equipamentos espalhados pelo concelho, uma correta manutenção é essencial para a segurança e funcionamento dos mesmos. De que vale investir em novos equipamentos e depois deixar os existentes ao desleixo e abandono? É necessário estimar e conservar os mesmos em bom estado de segurança e funcionamento de forma que todos os cidadãos possam usufruir dos mesmos nas condições ideais. Da mesma forma é necessário desde já, pensar em políticas de criação de emprego, repensando toda a nossa estrutura empresarial, nomeadamente as nossas zonas industriais, apoio à fixação de novas indústrias e conseqüente criação de novos postos de trabalho, é necessário ouvir os nossos industriais e comércio local de forma que, em conjunto sejam tomadas medidas e iniciativas que realmente contribuam para o real desenvolvimento do concelho. O PSD tem assumido ao longo deste mandato uma posição de oposição construtiva, quer com estes apelos alertar e colaborar para que este executivo sirva melhor o concelho de Sever do Vouga e todos os seus cidadãos. Por fim, a bancada parlamentar do PSD, expressa os sentimentos ao senhor presidente António Coutinho pelo falecimento da sua mãe, bem como aos vereadores Paulo Martins e Pedro Lobo pelo falecimento das suas avós, ao deputado Jorge Graça pelo falecimento da sua mãe e, ainda, aos familiares do ex-presidente da Junta de Sever do Vouga, o senhor Reinaldo Amaral. Obrigado.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, público aqui presente. Quero começar por cumprimentá-los a todos e dizer que, nestes tempos de pandemia, em que tantos familiares que nos são próximos que, em virtude desta pandemia, nos deixaram, não queremos deixar de nos associar à dor e ao sofrimento de todos aqueles que são familiares e que sentem a sua ausência porque nos deixaram em resultado desta pandemia. Nós sabemos que estes, e daí as nossas condolências ao senhor presidente de Câmara, aos senhores vereadores, ao senhor deputado municipal, à família do senhor presidente da junta e associamo-nos, evidentemente, ao voto de pesar que, ainda há pouco, votámos e que foi objeto de consideração em conferência de líderes imediatamente antes do início desta mesma reunião. Nestes tempos difíceis, nós sabemos que, no caso de Sever do Vouga, nós nos defrontamos com um dos principais problemas que, em Sever do Vouga, é particularmente grave, mas que afeta todo o país, que é o envelhecimento da população. E essa é uma das nossas principais preocupações e que podemos resumir numa máxima que é muito importante para nós. Uma terra que não sabe acolher os seus filhos é uma terra sem futuro. Nós sabemos que Sever do Vouga está a envelhecer e esta pandemia, por maioria de razão, faz com que Sever do Vouga sofra de forma acrescida. Sabemos que a natureza é

inexorável e que, apesar de todos os esforços que têm vindo a ser feitos, que isso é algo que nos preocupa a todos e, por isso mesmo, trazemos a esta assembleia municipal e queremos colocá-lo à consideração no período antes da ordem do dia, uma moção em que, reconhecendo que Sever do Vouga tem um regulamento para apoio à natalidade, a verdade é que esse regulamento se tem revelado insuficiente para aquilo que todos nós desejamos que é a de conseguir atrair mais crianças, mais famílias. Portanto, Sever do Vouga, apesar desse regulamento de apoio à natalidade, continua a envelhecer e a não conseguir fixar e atrair novas famílias. Mas reconhecemos, também, que esse esforço, que foi assumido no município de Sever do Vouga, é um instrumento útil. Consideramos é que, neste momento, ele é exíguo. Estamos a falar de um apoio de duzentos e cinquenta euros anuais para um número restrito de famílias em Sever do Vouga e, por isso, apresentamos uma moção em que pedimos que a assembleia municipal recomende à Câmara que proceda à revisão do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade de modo a que se alargue os apoios a todos os nascidos no concelho, independentemente dos rendimentos das famílias, e em que se duplique esse valor de modo a que, em termos anuais, em vez dos duzentos e cinquenta euros, passemos a ter quinhentos euros e que esses apoios que, neste momento, são de três anos, alcancem, por isso, um valor de mil e quinhentos euros anuais. Estamos certos que esta é uma medida de bom senso e que merecerá, por isso, apoio de todos de forma que seja possível que a Câmara nos traga, com maior brevidade possível, essa revisão do regulamento e que, desse modo, seja possível alcançar o objetivo que é o de incentivar a que mais crianças possam nascer em Sever do Vouga e que essas crianças sejam devidamente apoiadas pelo município de forma a podermos combater aquilo que é a desertificação, que é um dos problemas mais graves que o nosso país atravessa e que aqui em Sever do Vouga não passamos ao lado desse mesmo problema. Portanto, senhor presidente da mesa, queria entregar-lhe esta moção e pedir que a mesma fosse comunicada às restantes bancadas municipais e pedir o apoio de todos para que, em conjunto, seja possível incentivar a que mais crianças nasçam e vivam em Sever do Vouga. Muito obrigado.-----

Paulo Lourenço – Senhor presidente da mesa da assembleia, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público presente, boa tarde. Aquando das assembleias descentralizadas e, nomeadamente, numa que se realizou em Pessegueiro do Vouga, há um ano atrás, no período destinado ao público, houve uma intervenção a solicitarem a execução de uma lomba no interior da freguesia de Pessegueiro do Vouga. Um ano depois, essa lomba ainda está por executar. Eu até sou contra as lombas, se não são proibidas deviam ser. Causam danos nos carros e são muito perigosas para veículos prioritários como as ambulâncias de bombeiros e outros. Dado que esta estrada dispõe de iluminação pública em todos os pontos e em toda a via, sugiro que essa lomba, em vez de ser executada, devia ser substituída por uma sinalização luminosa de controle de velocidade. De outro modo e descendo a rua em direção ao rio, mais uma vez a faltar o mesmo de sempre – rails, proteções e outras coisas, até porque o rio, neste momento, tem um caudal muito mais elevado do que no verão, o que agrava ainda mais a situação de quem por lá circula. Tornam-se certos pontos mesmo muito perigosos. Já agora, quando por lá andarem, das duas uma, ou retirem os tubinhos verdes, tipo cemitério de capelinhas e outras, ou então recolorem as árvores. Se for para colocar novamente plantação de armas tenham atenção à aplicação do herbicida e tentem colocá-las depois da aplicação para não suceder o mesmo que no ano passado. Mas, nem tudo são más notícias e agradeço, desde já, terem ouvido e tido em atenção algumas das minhas intervenções aqui, porque o tabuleiro e o muro de suporte na estrada da Costa Má vejo que já está em execução. É uma parte importante, nem tudo é mau. De qualquer modo, falta agora fazer a ligação em betuminoso, entre o lugar dos Felgares e do Folharido e a rua interior do Folharido. Obrigado.-----

David Alves – Excelentíssima mesa, excelentíssimo executivo, caros colegas da assembleia e restantes pessoas presentes. Venho só chamar a atenção do executivo para uma situação que eu vi no fim de semana e que tem a ver com o estradão que vai do alto da serra a Vila Nova de Fusos, aquilo está intratável. Andam lá as máquinas, por conta da Portucel Madeira, mas colocaram a estrada de um modo que tem certos e determinados que é intransitável, tem meio metro de lama. Eu sei que o tempo não ajuda, sei que as máquinas e conseguir a madeira dos pinhais que afetam essas vias, mas como, julgo eu, não tenho a certeza, que está no domínio de dois municípios, Sever do Vouga e Albergaria-a-Velha. Pretendia que o executivo não deixasse que, no final, fosse repostado aquele piso e, se possível, na entrada do alto da serra e na saída quem vai para a capela queimada, que removesses metros de lama que lá estão porque a estrada está intransitável.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito boa tarde a todos. Antes de mais, quero agradecer as manifestações de pesar pelo falecimento da minha mãe. Muito obrigado a todos. Começando pela intervenção de Tony Martins, quero dizer que o nosso plano de emergência continua ativado desde há muito tempo e ele cobre todas as situações de emergência. Relativamente às situações que colocou, do fundo de emergência, nós temos um regulamento que está em reformulação para o tornar mais abrangente a determinadas situações e mais útil. A questão das limpezas é um processo que está a iniciar-se, temos dotação no orçamento para cumprir aquilo que a lei exige. Relativamente às faixas de gestão de combustível, é um processo que vai iniciar-se, como nos anos anteriores, com a adjudicação de trabalhos para essa área. Quanto à questão da manutenção dos equipamentos, que eu já tinha registado, é óbvio que não é fácil fazer um contrato que abarque isso tudo, mas está em procedimento e estamos a tentar. Tem que ser vários contratos porque há setores diferentes na manutenção dos edifícios e dos equipamentos e, portanto, também está no procedimento a contratação de serviços de manutenção para determinados setores e determinados equipamentos, nomeadamente ao nível dos elevadores, dos ares condicionados, dos painéis energéticos, etc. Tudo isso está em procedimento para se fazer a manutenção regular que até agora era feita parcialmente. Relativamente às zonas industriais, continuamos a tratar delas, embora sejam processos complicados. O alargamento ou a criação de novas zonas industriais não é fácil. Estamos, neste momento, com três propostas de alargamento de zonas industriais que seguem os trâmites normais dos pareceres, alguns que não são tão favoráveis como nós desejávamos, pois é complicado uma situação destas, mesmo para a ampliação. Para a criação já é complicado, mas para a ampliação são processos demorados e complicados que têm que ir passar por ene instâncias, portanto, estamos a trabalhar neles nomeadamente em alguns através de candidaturas para apoio e participação à execução dos ditos alargamentos e das infraestruturas das mesmas. Sobre a intervenção do doutor António Carlos, quero agradecer a proposta que aqui fez e dizer-lhe que, se calhar, vem um bocadinho tarde porque nós já finalizamos a revisão do regulamento do incentivo à natalidade para levar aos órgãos para aprovação e prevê precisamente a anulação de qualquer impedimento às candidaturas, permitindo que qualquer pessoa se candidate independentemente do seu rendimento familiar e prevê, também, um aumento da dotação do apoio escalonado em 3 situações - para o primeiro filho até mil euros, no sentido de passar de € 250,00 para € 500,00 por ano, para dois filhos irá até um total de € 1 250,00 nos dois anos e, três ou mais filhos € 1 500,00. É assim que está a proposta que está finalizada neste momento e que está apenas em apreciação jurídica dos formalismos jurídicos da proposta de alteração. De qualquer forma, obrigado pela nota. Nós estamos preocupados com essa situação, como é óbvio, e sabemos que não são estas coisas por si que vão eliminar o envelhecimento, mas com certeza contribuirão de certa forma. Relativamente às intervenções de Paulo Lourenço, teremos de manter as proteções das árvores no Rio Vouga, pois elas utilizam-se para proteger o acesso dos coelhos bravos e, enquanto as árvores são muito tenras elas desaparecem se não tiverem aquela proteção e às vezes também com a proteção também vão. É não só, é também para elas endireitarem na altura do crescimento inicial.

Relativamente às lombas, elas já estão adjudicadas. Foi um processo complicado porque não havia dotação orçamental na altura. Embora a minha opinião seja um pouco como a tua, a maior parte das pessoas reclama as lombas, portanto, é aquilo que irá para lá com todos os prós e os contras. Relativamente à intervenção de David Alves, registei aqui, não sei concretamente se é da zona de Sever do Vouga ou de Albergaria-a-Velha, de qualquer maneira, se é no início logo é ainda na zona de Sever do Vouga e iremos também chamar a atenção do meu colega de Albergaria-a-Velha. Nós, de vez em quando, e de tempos a tempos, fazemos uma revisão àquilo em conjunto, portanto, vamos trabalhar as duas câmaras no sentido de melhorar aquele trajeto por onde já não passo lá há muito tempo.----

Sérgio Soares – Boa tarde minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor presidente da Câmara, senhor presidente da Assembleia. Numa época em que esta câmara espalha por todo o concelho cartazes a dizer “*fique em casa*” e numa época em que Portugal deixa de ser um país totalmente democrático, ora pela redução do debate, ora pela falta de transparência nos mais variados processos, esta Assembleia insiste em não transmitir em direto as suas sessões, privando os severenses de ter acesso à informação, mesmo depois de a maioria ter deliberado o contrário. Posto isto, gostava de introduzir aqui outro assunto que, dez anos depois, também, continua a refletir aquilo que é um concelho democrático. Em novembro de 2008 era elaborado o estudo de impacte ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida que referia que o promotor era obrigado a recriar todos os equipamentos afetados, entre os quais, a praia fluvial da foz do rio Teixeira. Já em fevereiro de 2014 propus, a esta Assembleia, a criação de uma Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Aproveitamento Hidroelétrico, a qual foi constituída e dela fizeram parte o anterior presidente da Assembleia Municipal, os presidentes das freguesias prejudicadas pela barragem e os representantes dos partidos, onde estava o atual presidente da Assembleia Municipal, em representação do CDS. Dessa comissão resultou um extenso relatório que exigia à Greenvouga, entre muitas, a reposição da praia fluvial com a maior brevidade, sugerindo mesmo 3 hipóteses, contudo o relatório foi posto na gaveta, pois em abril de 2017, esta Câmara assinou um protocolo de colaboração com a Greenvouga pelo valor de € 130 000,00 para fazer a reposição de uma infraestrutura que, durante os últimos 30 anos, tinha ignorado – deram-lhe agora o nome de zona de fruição, o que nada tem a ver com uma praia fluvial. Já recentemente, a Câmara teve que adquirir um terreno para essa zona de fruição por € 27 500,00 e entregou a obra por mais € 139 500,00. Resumindo, a obra ainda não começou, mas a negociação já leva um buraco de € 37 000,00 e pelo caderno de encargos apresentado nem sequer cumpre o objetivo que era a criação de uma zona balnear. Paralelamente, a Câmara vizinha de Oliveira de Frades assinou protocolos na ordem dos quatro milhões de euros para reposições que já se encontram concretizados no local. Senhor presidente de Câmara, a minha ignorância leve-me a fazer-lhe as seguintes perguntas: Porque é que assumiu fazer uma obra que tinha como objetivo inicial ser um espaço balnear, que a freguesia de Couto de Esteves tanto precisava, mas que, entretanto, deixou de o ser para ser uma zona de fruição que mais parece um parque de merendas? A decisão de construir um parque de merendas em vez de uma praia fluvial foi sua ou de algum dos regedores locais que o influenciam? Sabendo nós que esta zona de fruição vai ser construída num local arborizado e que é um beco sem saída, gostava que o senhor nos disse-se se acha que no futuro este local se aproximará mais de um locais inóspito e de vandalismo ou se será o pontapé de saída para a atracagem dos iates que os arautos da obra tanto ansiavam? Senhor presidente de câmara, com tudo isto, percebe-se que a negociação que o senhor fez com a Greenvouga só pode envergonhar qualquer um dos que estão presentes nesta sala. Mas, quero também dizer-lhe que eu tenho vergonha de ter feito parte de uma comissão que desenvolveu propostas para a recriação da praia fluvial, mas que o senhor cozinhou o que quis e entendeu sem dar cavaco a esta assembleia e nem à freguesia de Couto de Esteves. Mais vergonha tenho de, durante os últimos dois anos, lhe andar a pedir a consulta do protocolo com a Greenvouga,

e só na véspera à noite da apresentação da primeira versão do orçamento para 2021 ter vindo a Couto de Esteves entregar-mo em mão. Não deixei de ter vergonha também de vir ao balcão único desta câmara preencher um requerimento para consultar o caderno de encargos da obra, para me poder inteirar de que realmente o projeto não corresponde a uma praia fluvial, aquilo que a freguesia de Couto de Esteves que tanto esperava. Por fim, senhor presidente da Câmara e senhor presidente da Assembleia, democracia e lições de democracia, são apenas uma miragem neste concelho que se quer democrático e desenvolvido.-----

António Dias – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores presidentes de junta, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. A freguesia de Talhadas, mais uma vez saliento aqui, continua sem resposta a alguns e-mails e solicitações que solicitei e tenho vindo a solicitar e ainda não tive resposta. Vou salientar alguns: a reparação das estradas e caminhos das freguesias que já foram solicitadas entre as reuniões, estrada da Silveira, Arcas, Póvoa, Cortez, Seixo, 333 Roçadas até à Vide, Doninhas à Macida, Vide ao Cortez, Vilarinho à Frágua, entre outras. Pergunto mais uma vez, senhor presidente, se me pode dizer quando é que algumas delas, pelo menos são reparadas. Centro escolar da freguesia de Talhadas, já solicitei aqui várias vezes. A Junta de Freguesia está disposta a ajudar para saber da possibilidade de se construir lá um. O senhor presidente ficou de me comunicar quando era a data do próximo conselho municipal de educação, ninguém me comunicou nada, não sei se já reuniram, ou não, e gostava de saber. Lomba de sinalização, já o solicitei, pelo menos para Talhadas e Macida, gostava de saber quando é que poderemos reunir sobre isto. Ponto de situação do alargamento da zona industrial, eu antes de vir tive conhecimento do e-mail que me foi enviado hoje, sensivelmente às 13:35, mas ainda não me debrucei. Gostava de saber, se possível, que me dissessem alguma coisa sobre este assunto. A Junta de Freguesia de Talhadas vai, em breve, fazer uma grande remodelação de terras para aumentar o parque da feira, em cerca de 52 000m³, e gostava de saber se era possível a Câmara ajudar, quer fosse em transporte, etc. A praia fluvial do Rio Alfusqueiro, no Cortez. Já o ano passado, na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2020 alertei aqui o senhor presidente da Câmara que a ponte ficou escavada, ficou insegura e as margens do rio em mau estado. Mais uma vez pergunto, aqui, se a ponte está segura e se o senhor presidente já falou com a congénere da Câmara de Águeda para colocar a estrada, do lado do Préstimo, transitável. Ainda nada foi feito e gostava de saber se vai ser feita alguma coisa antes de se iniciar a próxima época balnear. Há pouco falou aqui o senhor David Alves e eu também tenho aqui a salientar, na freguesia de Talhadas, andam os madeireiros a cortar madeira na freguesia de Talhadas, mais propriamente na estrada dos Lameirinhos, estrada de Santa Maria e estrada da Silveira para as Arcas. Estão a ficar lá caminhos em muito mau estado, alguns acessos às estradas pavimentadas já estão a ficar todos destruídos e eu pergunto quem é que vai ter a responsabilidade por tais reparações. Alerto que as estradas estão a ficar intransitáveis. Agora, senhor presidente, também mais aqui uma questão. Uma vez que estamos em altura de pandemia. em altura de grandes restrições e gostava de saber se a Câmara Municipal está a tencionar, está a pensar em apoiar as famílias, por exemplo com banda larga de internet, com computadores para os vários níveis de ensino do concelho. Já agora, gostava de perguntar aqui ao senhor presidente, uma vez que tenho conhecimento de que, em Talhadas, isso aconteceu, porque é que os filhos de alguns pais que têm profissões que não lhes permite ficar em casa para dar apoio familiar não têm direito a transporte para a escola. Isto, infelizmente, está a acontecer com alunos ou pais da freguesia de Talhadas. Eles não podem ficar em casa e os alunos, supostamente, é o que diz o governo, tinham que ir para a escola, mas a Câmara não disponibiliza transporte. Gostava de saber o porquê. Termino aqui com uma palavra sobre uma empreitada dos pequenos troços. Como sabem, deu início recentemente na freguesia de Talhadas, estando a Junta a colaborar com a Câmara Municipal de Sever do

Vouga na colocação de tubos dos aquedutos e muros e termino falando aqui com o seu vereador Raúl Duarte que afinal até se consegue trabalhar com Junta de Freguesia de Talhadas em parceria e vice-versa, independentemente das obras serem mais ou menos necessárias para a freguesia.-----

Elmano Jorge – Obrigado senhor presidente. senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, Senhora e senhores vereadores, senhores presidentes de junta, comunicação social e público presente. Como representante da Assembleia Municipal nas reuniões do ACeS Baico Vouga, tenho manifestado a preocupação dos índices bastante elevados da população envelhecida no nosso concelho. As várias dificuldades no acesso aos cuidados de saúde, a distância iminente aos principais hospitais distritais, a dificuldade no acesso aos transportes públicos, o encerramento do atendimento complementar no Centro de Saúde, são motivos negativos que estão a prejudicar toda a população, especialmente a mais idosa. Pelos dados fornecidos nas últimas reuniões do ACeS Baico Vouga é reconhecido que Sever do Vouga tem o índice populacional bastante envelhecido e não é por acaso que fomos o concelho piloto no distrito de Aveiro na vacinação dos maiores de 80 anos no combate à pandemia. Em pleno século XXI e após o que foi dito anteriormente, como é possível continuarmos a verificar, no nosso concelho, utentes sem médico de família? Já em assembleias anteriores, questionamos sobre o posto médico de Silva Escura. E o de Pessegueiro do Vouga? O concelho de Sever do Vouga vai, ou não, ter saúde? O PSD propôs a criação de um Plano Municipal de Saúde para precisamente colmatar as falhas existentes. Quando é que saem do papel e quando é que é a primeira reunião do Plano Municipal de Saúde? Numa altura em que os serviços de saúde estão a ser cortados e apostando apenas no plano qual vive de explorando as outras patologias e que medidas foram implementadas para inverter a curva demográfica e que estudos estão a ser elaborados para atrair população jovem ao nosso concelho, criando-lhe condições aprazíveis para viver. Relativamente à fixação da população em Sever do Vouga, em reunião da Câmara no dia 16 de dezembro de 2020 o senhor presidente da Câmara afirmou haver muitos grandes planos no orçamento, nomeadamente o apoio o empreendedorismo e o incentivo à natalidade. Mais disse que a Câmara não poderia criar empregos diretamente, mas senhor presidente, entende mesmo que a Câmara tem feito esforços necessários para atrair investimento no concelho e que por sua vez gera emprego e cria fixação de pessoas? Não. Não é isso que temos visto e, já agora, o que têm feito para apoiar as empresas locais e o comércio em tempo de pandemia? A falta de acesso às zonas industriais e falta de lotes leva a que empresas locais, e outras que se querem instalar no nosso concelho, se deslocam para concelhos vizinhos. Relativamente ao comércio local, o que tem sido feito? Em vez de dar um exemplo, não, foi adquirir cabazes de Natal fora do concelho deixando o nosso comércio de fora. Aliás, o nosso vereador Pedro Lobo tinha sugerido, em reunião de Câmara, que o município desse um cheque, de valor igual ou superior ao cabaz, para gastar no comércio local dinamizando os estabelecimentos do nosso concelho. As sugestões, quando são benéficas para o nosso concelho, devem ser sempre bem acolhidas.-----

Renata Marques – Excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal e secretários, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e vereadores, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Vivemos tempos conturbados e de grande angústia. Além das limitações que a pandemia trouxe, certamente todo nós temos um familiar, um amigo ou um conhecido que perdemos para esta maldita doença que tanto nos tem roubado. Nesta segunda vaga Sever do Vouga não foi exceção e sentiu o peso da perda de muito dos seus, razão pela qual não poderíamos deixar de expressar, de viva vós, o nosso profundo pesar por todos aqueles que sofreram a dor da perda, que, nestes tempos de distanciamento, é ainda mais angustiante. Percorrido quase um ano sabemos que são muitos e irreparáveis os danos causados. Não tem sido fácil encontrar o equilíbrio entre a saúde e a economia, mas tem sido desmedido o esforço no sentido de encontrar as respostas mais assertivas. Felizmente, no nosso

concelho o executivo está atento e atuante, por isso, quando as medidas promovidas pelo governo são parcas ou não atingem os fins pretendidos, a Câmara assume as suas responsabilidades e dá resposta às necessidades da sua população. Tem sido assim desde o início da pandemia, com todas as medidas pioneiras já por diversas vezes aqui referidas. E assim continuou com o retorno às aulas online, quando os prometidos computadores não chegaram a todos os alunos e a Câmara assegurou que os seus munícipes mais carenciados não deixassem de assistir às aulas por falta de meios informáticos, adquirindo e disponibilizando os meios necessários à sua população. E o mesmo sucedeu no apoio ao comércio local, tão fragilizado nesta fase, às IPSS e à população em geral, não deixando nunca de promover o cumprimento pontual das medidas divulgadas pela DGS. Nessa mesma linha, o executivo reivindicou para o seu concelho o direito à prioridade na vacinação junto das autoridades da saúde, atenta a situação populacional e geográficas, e com essa atitude permitiu que, na presente data, uma parte significativa da população mais envelhecida já se encontre vacinada e mais protegida do vírus. Paralelamente, apesar de todos os constrangimentos, a Câmara vai fazendo o seu caminho, dentro daquilo que são as metas orçamentais traçadas; e muitos têm sido os projetos concluídos nos últimos meses a nível concelhio. Mas não podemos deixar de centrar a nossa atenção naquela que consideramos a grande conquista dos últimos anos, diria mesmo, das últimas décadas... A persistência nunca é em vão quando se acredita verdadeiramente nos projetos! A perseverança deste e dos anteriores executivos concede-lhes agora o mérito de verem concretizar-se o projeto de alcançar uma ligação direta do concelho à A25, mediante inclusão desta obra no Plano de Recuperação e Resiliência do Governo. Começa assim a ganhar forma e contornos reais aquilo que para muitos era mera ilusão, mas para os executivos dos últimos anos foi sempre um projeto estruturante para o concelho e para a região, conforme o Governo agora reconhece. É evidente que o caminho ainda é longo, e que, a par desta conquista, muitas outras se impõem para eliminar barreiras e reduzir distâncias, tendo em vista tornar Sever do Vouga um lugar ainda mais apetecível. Até porque, nesta fase exige-se centrar atenções, com medidas de curto prazo, naqueles que aqui vivem, trabalham e investem. Por isso, importa agora apostar, de forma ainda mais incisiva, no apoio aos Severenses, sobretudo àqueles que viram a sua situação económica seriamente afetada pela pandemia e vivem atualmente com sérias dificuldades. Disponibilizar apoio psicológico abrangente à população é hoje uma medida imperiosa, apoiar economicamente e promover o comércio local é uma necessidade, divulgando amplamente as medidas já adotadas e investindo em novas e diferentes modalidades de apoio. Exige-se, por isso, que o executivo, não perdendo o foco das medidas estruturantes e de fundo que se impõem, redobre esforços para socorrer as suas gentes.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à praia fluvial e à intervenção do senhor presidente da Junta de Couto de Esteves, queria esclarecer aqui uma coisa. O projeto existente para aquela intervenção é o mesmo do início e já tem anos. O senhor presidente só o conheceu agora, lamento que assim seja. Podia tê-lo conhecido antes, quando nós o conhecemos e acordámos e quando chegámos à conclusão daquilo que ia ser aquela intervenção. Não houve qualquer alteração no projeto inicial e na proposta, estudada inicialmente com a Greenvouga, e foi aquilo que foi preparado. O projeto foi preparado por eles, não fomos nós, sequer, que o fizemos e a intervenção chama-se zona de fruição do Couto de Baixo e fruição é ao todos os níveis. Tem uma zona de fruição da água, tal e qual como a nossa praia fluvial da Quinta do Barco, tem uma quinta, tem várias valências e tem um espaço de areia para utilizar a água como lá vai ter. É disso que se trata aquilo. Chamar-se de zona de fruição, ou de praia fluvial, é o nome que o projeto tem, portanto vai ter também a possibilidade de as pessoas irem à água como nos outros locais que nós temos aí à beira-rio. Relativamente à comparação que fez com Oliveira de Frades, acho incorreta porque aquilo que existia em Oliveira de Frades não era um Rodo, não era um espaço de areia, eram efetivamente praias fluviaes e aquilo que foi o compromisso da EDP com Oliveira de Frades foi repor as praias que já existiam. No nosso

caso, não havia nada a repor porque não havia praia nenhuma, então foi criado um espaço alternativo àquele e que vai ser bastante melhor do que aquilo que antes existia no Rodo, que era nada, portanto, não podemos “comparar aqui alhos com bugalhos”. Aquilo que está lá foi debatido e discutido por quem quis saber como é que era o projeto que já tem anos. Não surgiu agora. Se a obra surge agora, surge um bocado contrariando àquilo que era, inclusive, a opinião da APA que administra as zonas fluviais. Este projeto ainda não avançou precisamente por isso, pelas indicações e os pareceres e os pedidos de alteração da Agência Portuguesa do Ambiente que tem andado sempre a meter-se nisso. Estamos a contratar um arqueólogo para acompanhar o processo porque foi-nos exigido, também, no processo de licenciamento da zona de fruição. Relativamente à intervenção do senhor António Dias, registei as situações de que falou. As estradas irão ser beneficiadas conforme a possibilidade, e iremos, possivelmente, fazer aqui um esforço para iniciar a reparação da estrada da Silveira que, realmente, está em muito mau estado, pelo menos a parte inicial. O orçamento não dá para tudo, não dá para fazer reforços aos acordos e às Juntas de Freguesia para fazer as obras que nós lá temos e para fazer mais estas. Temos que as fazer conforme a possibilidade e atendendo às prioridades e temos previsto, realmente, uma intervenção no início da Silveira, pelo menos, que iremos tentar fazer o mais breve possível dentro dessa e graduar as necessidades. Relativamente à zona industrial, já aqui expliquei o que é que estávamos a fazer. Teve conhecimento hoje, e eu também, daquela alteração e não foi coincidência, foi quando nós recebemos e eu também ainda não me debrucei sobre aquilo embora já tenha visto que há ali alguns pedidos de esclarecimento e algumas oposições da parte da CCDR em relação a algumas áreas de que se pretende intervir. Vamos estudar aquilo como deve ser para lhe respondermos, mas é mais uma prova daquilo que eu disse há bocado relativamente às zonas industriais, que não basta nós dizermos que queremos aqui uma zona industrial, é preciso que ela seja devidamente autorizada pelas entidades públicas a quem compete essa situação, portanto, estamos a trabalhar nela para ver se realmente conseguimos que eles aprovelem aquela intervenção. Sobre a Praia do Cortez, é uma zona de fruição com parque de merendas e o fim a que se destina e aquilo que lá existe é exatamente uma coisa do género daquilo que vai existir no Couto de Baixo, uma zona tratada à beira-rio, trabalhada para acolher pessoas que também podem e devem ir à água do rio. Eu tenho andado a falar sistematicamente com o meu colega de Águeda, porque, como sabem, aquela parte que está em más condições é de Águeda e tenho andado a insistir com ele no sentido de melhorar aquele espaço porque aquilo está a afetar uma zona de estacionamento de lá. Em termos de riscos, avaliaram aquilo tecnicamente e dizem que não há risco acrescentado por aquele espaço estar ainda assim e que tem ideias de derrubar aquilo. Eu espero que que tudo aconteça antes do período de verão. Quanto aos computadores e a banda larga, fizemos isso tudo em colaboração com o agrupamento. Foi feito o diagnóstico da situação e inventariação do número de alunos que precisavam desta ajuda e, quer nós, quer o agrupamento, através de um projeto da CIRA, distribuimos computadores, tabletes e pacotes de net aos alunos que foram sinalizados com essa necessidade. A questão dos transportes, não tenho conhecimento de que alguém tenha requerido essa situação, porque a escola apenas está a funcionar para os filhos das profissões essenciais que são os filhos de GNR's, médicos e enfermeiros. Não nos foi transmitida essa necessidade porque isso não tínhamos qualquer problema em o fazer. Relativamente à intervenção de Elmano Silva, registei também a situação do envelhecimento, da qual todos temos conhecimento. Quanto à preocupação do encerramento, temos andado sistematicamente a batalhar com a saúde no sentido da reabertura ou da melhoria da situação de funcionamento do centro de saúde, batalhando para a reabertura do atendimento complementar e a questão aqui, mais grave do que essa, é a falta de médicos e ela está-se a sentir agora por exemplo em Silva Escura. Nós tínhamos alertado sistematicamente para esta situação e fi-lo, até, diretamente à senhora Ministra da Saúde, que isto ia acontecer tendencialmente, e vai acontecer daqui para o futuro com mais um ou dois médicos que vão entrar, também, em regime de

aposentação, portanto, fomos chamados à atenção para isso. O último concurso que foi aberto, em finais de 2020, não colocou ninguém em Silva Escura e agora vai abrir um novo concurso que eu espero contemple, pelo menos, o posto médico de Silva Escura e que tenha em conta, ainda, a saída de mais dois que vão sair brevemente para a reforma, mas a questão é que, ou não há concurso, ou quando há, não há gente a concorrer para aqui. Os médicos concorrem, na sua maioria, para as vagas dos grandes hospitais situados nos grandes centros urbanos e alguns que passam por aqui é sempre na perspectiva de estarem aqui um ano ou dois e depois passarem para os grandes hospitais, dizendo que é por uma questão de estatuto e de valorização de carreiras. Isso prejudica-nos aqui na organização da saúde no concelho, mas estão chamados a atenção e alertados para essa situação. Esperemos que no próximo concurso, que será em abril ou maio, sejam repostas essas falhas dos médicos que, entretanto, vão sair também. Sobre o apoio ao comércio, temos feito aquilo que nos compete e aquilo que é possível fazer. Estamos a preparar um programa de apoio ao comércio local que passa por uma plataforma online em que tudo vai ser divulgado lá, os produtos a valorização dos produtos que cada comércio faz. Está para entrar, dentro de dias, e alojará aqui todos os comércios que queiram aderir livremente a esta situação, sendo mais na base da promoção e divulgação de produtos. Fizemo-lo no comércio que ainda está aberto, ou que está aberto nesta altura e que pode estar aberto e, ainda, ao nível da sensibilização para a utilização das máscaras nos comércios, distribuindo máscaras gratuitas aos vários comércios para que eles as possam dar aos clientes que lá vão e, assim, prestarem um serviço com maior segurança também. Temos estado atentos a estas situações. É óbvio que a situação global não é boa e alguns passaram, e estão a passar, por grande dificuldade, não tanto ao nível da indústria e do emprego, ainda não se tem refletido muito, felizmente, no nosso concelho a esse nível, mas estamos atentos na perspectiva de ir ajudando naquilo que nós pudermos e que conseguimos fazer com os comércios. Relativamente à intervenção de Renata Marques, queria aqui dar uma nota à assembleia sobre o acesso à A25. Finalmente, vimos esta grande obra e de grande necessidade para o desenvolvimento do nosso município integrar um plano de recuperação e resiliência para executar até 2026. Integrou primeiro o Plano Nacional de Investimentos e agora entrou no plano de recuperação e resiliência, portanto, é mesmo para fazer, não é para estar só no plano. Já demos nota, também, ao Senhor Ministro das Infraestruturas da necessidade de este nosso acesso ser uma das primeiras obras a fazer, sendo certo que aqui estão enelas, muitas por todo o país, portanto, não sabemos qual vai ser a prioridade em termos de execução, mas que é para executar até 2026.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara. Tomámos a devida nota das respostas que nos deu neste período de antes da ordem do dia. Deixaríamos, apenas, a referência de que há problemas que nos identificam a todos e que eu penso que é importante que toda a assembleia municipal tome Posição sobre eles. Em relação à questão do apoio à natalidade. É uma matéria que, como sabemos, o CDS tem vindo a chamar a atenção para ela. Não apenas o CDS, mas é importante que o conforto desta deliberação da assembleia municipal, em termos de moção, seja tomada em devida conta e esta importância das deliberações da assembleia municipal é, muitas vezes, menosprezada pela Câmara. É menosprezada na questão da transmissão destas assembleias municipais, como ficou deliberado aqui, é menosprezada no que diz respeito à praia fluvial do Couto, como também foi deliberado aqui, nesta Assembleia Municipal, e portanto senhor presidente, eu acho que o fundamental é quando é possível termos aqui um acordo, pelo menos, eu diria três partidos e uma junta de freguesia de independentes e que é tomada aqui uma deliberação, que, pelo menos, a Câmara faça um esforço para executar e é essa a nota que eu queria deixar nesta minha última intervenção no período antes da ordem do dia, é que a partir do momento em que são aprovadas estas deliberações da assembleia municipal, é bom que a Câmara tome a devida nota delas e vá prestando contas à assembleia municipal da sua execução e, infelizmente, não é isso tem sucedido, mas, senhor presidente, tomámos a devida nota da

resposta que nos foi dada. Queremos é mais, queremos que executo aquilo que a assembleia municipal deliberou.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da moção apresentada pelo CDS:-----

Considerando que:-----

1. *Sever do Vouga tem das populações mais envelhecidas da região de Aveiro, o que é motivo de preocupação para o futuro da nossa terra. Uma terra que não sabe acolher os seus filhos é uma terra sem futuro;*-----
2. *Sever do Vouga tem um regulamento para apoio à natalidade que se tem revelado insuficiente para alcançar os objetivos pretendidos, uma vez que, infelizmente, apesar dele a população de Sever continua a envelhecer e não conseguiu fixar e atrair novas famílias;*-----
3. *É fundamental para o futuro de Sever do Vouga a fixação das famílias jovens, constituindo os apoios do município à natalidade um dos instrumentos úteis para alcançar esse objetivo;*-----
4. *O regime em vigor discrimina excessivamente famílias em função dos seus rendimentos e que o apoio é manifestamente exíguo (€ 250,00 anuais).*-----

A Assembleia Municipal de Sever do Vouga delibera recomendar à Câmara Municipal que proceda à revisão do regulamento municipal de incentivo à natalidade, e que posteriormente o aprobe e apresente a este órgão, no sentido de o modificar nos seguintes termos:-----

1. *Contemple o alargamento dos apoios a todos os nascidos no concelho, independentemente dos rendimentos das suas famílias;*-----
2. *Duplicar o apoio concedido a cada família para, no mínimo, € 500,00 anuais, por um período mínimo de três anos, totalizando, pelo menos, € 1 500,00.*-----

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a moção apresentada pelo CDS.-----

Vinte e um votos a favor – Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Sónia Correia.-----

Seis abstenções – Custódio Lima, Diana Paiva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Toni Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, restantes membros, na sua pessoa cumprimento todo o restante da assembleia. A nossa declaração de voto vai no sentido que embora essa proposta vá ao encontro das pretensões da bancada do PSD, nós não tivemos tempo nem oportunidade para discutirmos essa proposta. Agradeço que, no futuro, futuro comecem a vir antecipadamente para termos uma noção mais concreta da realidade. É lógico que vamos analisar essa proposta e provavelmente vamos analisar. Se houver algumas situações para melhorar ou modificar a faremos na próxima assembleia municipal. Obrigado.-----

António Monteiro – Apenas uma nota que eu acho que é importante, neste momento, em que estamos a fazer uma declaração de voto, para que nada fique por dizer. Nós estamos a falar de uma moção. Se estivéssemos a falar de uma proposta de deliberação da assembleia municipal, teria que ser distribuída com, pelo menos, 48 horas de antecedência. Eu tive o cuidado de, que fique claro, na conferência de líderes, que foi realizada antes da assembleia municipal, é verdade que não distribuí o texto, mas informei as diversas bancadas de que esta proposta iria ser é apresentada pelo CDS. Não me parece que seja uma matéria que choque e que foi, aliás, lida integralmente pelo senhor presidente da mesa antes desta mesma votação e, portanto, é importante que, quando estamos a fazer estes debates, tenhamos a noção dos diferentes instrumentos que temos à nossa disposição e um deles são as moções e as moções podem ser apresentadas a qualquer momento na assembleia municipal e, uma vez apresentadas, aceites pela mesa, são colocadas a votação.

É só para que isto fique claro, de que esta proposta não tencionou desconsiderar qualquer bancada, dar qualquer sinal de menor consideração para qualquer deputado municipal, presidente de junta, e, por isso mesmo, se porventura ficou uma ideia qualquer que seja, nesse mesmo sentido, eu quero dizer-vos, com toda a franqueza, que não foi essa a intenção e, se porventura, o sentiram, eu peço desculpa, mas eu procurei avisar de que esta moção seria apresentada, de que era este o sentido pretendido e procurei ser suficientemente claro nesse mesmo sentido. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal –Antes de iniciarmos a ordem do dia e depois de termos consultado os presidentes de junta e, também, as bancadas municipais e tratando-se de um assunto com uma relativa urgência, conforme é preceituado no número 5 do artigo 35º do nosso regimento, solicitava a todos os membros da Assembleia a inscrição de um novo ponto na ordem de trabalhos com a seguinte designação:-----
3.5 Conselho Municipal Cinegético – Eleição de um Autarca de Freguesia.-----
Colocado à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a inclusão do referido ponto na ordem de trabalhos.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

Paula Coutinho – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público aqui presente. Caras e caros severenses, cumpre-me a mim falar sobre a informação escrita do senhor presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal. No que toca às obras municipais e à informação de gestão, mas, minhas caras e meus caros, é suposto a informação escrita ser coerente e dar informação fidedigna e o que nós temos assistido não é nada disso. Reparem, a obra da Rua da Fonte e Viela dos Charrisco menciona que o seu fim é em 15 de março de 2021 quando, na informação escrita de 27 de novembro de 2020, referia que a mesma terminava no dia 8 de janeiro de 2021 e, vendo a data da consignação e prazo de execução, verificamos que, efetivamente, a obra deveria ter terminado no passado dia 8 de janeiro. Perguntamos o que aconteceu. Houve alguma prorrogação? Por que motivo? A obra da estrada de Dornelas a Silva Escura - a mesma tem projeto ou não? Já foram adquiridos todos os terrenos para o avanço da obra? Quanto à obra de proteção e segurança de taludes e ravinas, o PSD sugere que, para além disto, como já mencionamos em intervenções anteriores, fosse também feita a marcação das estradas. Num concelho como o nosso em que os invernos são rigorosos e o nevoeiro abunda, é fundamental criar condições de circulação na via pública por forma a evitar acidentes, bem como é importante que a sinalização da via esteja colocada devidamente e não deixada caída no chão. Ainda sobre esta obra, e tendo em atenção o fim da mesma e a falta de execução, questionamos se vai haver, ou não, prorrogação. Mantém-se, nesta informação escrita, as mesmas obras prontas para a plataforma de contratação em fase de projeto e em fase de análise de projeto. Agora, senhor presidente, foi-nos remetido uma informação sobre a grande obra deste mandato – o centro escolar de Sever do Vouga, uma obra tão emblemática que, meu Deus, deita água, mas desde o início, só que agora chove lá dentro e nós perguntamos para quando estas afinações e se estas infiltrações vão ser reparadas atempadamente ou vão esperar à semelhança do que aconteceu com centro escolar do Couto, que a garantia passe e o município tenha de reparar as infiltrações com o dinheiro dos contribuintes. E o espaço envolvente, gradeamento a cair, enxurradas de água do lado da estrada que liga a Pessegueiro. E as salas, estão equipadas com microfones e câmaras para o ensino à distância? Houve situações em que os professores estavam a lecionar nas salas de aulas com os seus alunos e havia alunos em casa e não tiveram acesso às aulas à distância por falta desse equipamento. Falta, também, espaços e valências para suportar todas atividades

praticadas, nomeadamente o atendimento da terapia da fala e atendimento psicológico. O campo de jogos, quando chove, empoça água e, mesmo no dia a seguir estar sol, continuou às poças de água, não sendo viável a prática do desporto. Falta de espaços cobertos para a educação física, inclusive um professor teve de dar aulas no hall de entrada e houve encarregados de educação que viram. Falta de fotocopiadora no edifício que, até à data, ainda não chegou às instalações apesar das promessas. E os jardins, quando vão ser arrançados? E o edifício? Minhas caras e meus caros, tem ou não vigilância? E quem é o responsável da Câmara? Mas, senhor presidente, após termos pedido, várias vezes, o relatório da obra do centro escolar, finalmente recebemos, ontem, por e-mail, documentos relativos ao centro escolar de Sever do Vouga. Documentos estes que nada têm a ver com o relatório e que mais não são uma trapalhada de tanta confusão na informação prestada. De duas uma, ou o senhor presidente tenta iludir esta assembleia, apresentando documentos incompletos e enganadores, ou então, o senhor presidente, conscientemente, volta a faltar à verdade. Pelos vistos, senhor presidente, ainda não atingiu a sua quota máxima. Apresentar uma sucessão cronológica de atos incoerentes com outras informações já prestadas. Reparamos que a informação contida neste último documento não coincide com a informação prestada na informação escrita do senhor presidente à Assembleia Municipal do dia 27 de novembro de 2020. E ambos os documentos, minhas caras e meu caros, foram assinados pelo senhor presidente. E esta, hein? Na penúltima assembleia, tínhamos questionado sobre a última prorrogação desta obra que tinha mencionada, na informação escrita de novembro, e que não tinha ido à reunião de Câmara, inclusive o nosso vereador, Pedro Lobo, questionou na reunião de Câmara de 23 de dezembro do passado ano, sobre esta prorrogação e, só passado um mês, é que essa mesma prorrogação foi a reunião de Câmara. É lamentável. As datas das prorrogações não coincidem com as mencionadas na última informação escrita sobre este assunto porque um diz a data em que começa a contar a prorrogação e o outro diz a data em que termina a prorrogação e o mesmo não é explícito. Falta mencionar alguns trabalhos a mais e alguns trabalhos a menos e o mapa de apuramento de custos do centro escolar não coincide com os valores apresentados ao longo do tempo. Relativamente aos trabalhos a mais, apresentados na reunião de Câmara do dia 23 de dezembro, o procedimento correto seria detetando-se a necessidade de realizar trabalhos a mais estes são propostos, aprovados pela fiscalização e pelo dono de obra. Em seguida, são pedidas propostas e, finalmente, consoante as propostas apresentadas, são mandadas executar. Aliás, como o senhor presidente fez, quando apresentou pela primeira vez trabalhos a mais. Uns trabalhos a mais que o senhor presidente apresentou na reunião do dia 23 de dezembro tinham que ser aprovados pela Câmara antes de serem executados e não apresentados para aprovação depois de terem sido executados. Nunca se viu apresentarem trabalhos, alegadamente realizados na obra, sem indicar quando foram executados e as propostas pedidas e ainda está por explicar o que aconteceu no dia 15 de setembro, quando o empreiteiro impediu a entrada do dono a obra na obra. Minhas caras e meus caros, existe uma diferença de pagamentos a mais de cerca de oitenta e tal mil euros, para além dos 431 dias de prorrogação gratuitas que totalizam mais de seiscentos mil euros de multas perdoadas. Além disso, acresce, ainda, trabalhos a mais e este valor que não conseguimos perceber de onde vem. Para não falar dos problemas já mencionados atrás. É uma vergonha, é uma falta de respeito para com esta assembleia e para com os municípios. Podemos, ou não, confiar na informação que nos é prestada, senhor presidente? Basta de tantas incongruências. O PSD exige o relatório completo, físico e financeiro, bem como uma auditoria a esta obra. Não podemos deixar passar em branco. A Assembleia Municipal, meus caros e minhas caras, é o órgão deliberativo do município e tem, essencialmente, competências de apreciação e fiscalização da atividade da Câmara Municipal e é isso que nos é imposto e, por isso, senhor presidente, não podemos continuar a aceitar o mau serviço que este executivo nos presta. Basta. Relativamente à informação de gestão, o executivo apregoa, e muito bem, que o município está bem financeiramente. Confere que,

pelo menos, tudo leva a crer que disse. Mas, questionamos, à custa de quê? Dos remendos que faz pelo concelho, das obras que não saem do papel, das cativações que faz, da falta de investimento na saúde, como já foi aqui referido, da falta de políticas de juventude? Minhas caras e meu caros, o executivo tem-se limitado, sobretudo neste último mandato, a uma gestão corrente, sem visão e planeamento. E quem paga a fatura? No final, somos todos nós, os munícipes e a prova disso são os níveis de execução orçamental que continuam baixos porque, na verdade, a única coisa que o executivo executa são as cativações, são as prorrogações de prazos gratuitos nas obras públicas. A execução de trabalhos a mais nas obras públicas. Tudo, mas tudo, menos defender os interesses dos severenses. E ainda falam em poupança quando ainda existem pessoas no concelho sem saneamento básico? Quando não há acesso condigno aos serviços de saúde para todos os severenses? Quando se chove dentro dos edifícios, quando existe falta de manutenção dos equipamentos? Não brinquem com isto.-----

Ana Tavares – Excelentíssimo senhor presidente da mesa e restantes membros, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e restante executivo, senhores presidentes de junta aqui presentes, senhores deputados municipais e restante público. Relativamente ao novo centro escolar, recebemos, ontem à noite, às pressas, um documento que vem representar uma sucessão cronológica dos acontecimentos, do que aconteceu com a obra do centro escolar. Com base nesse documento, o atraso da obra diz única e exclusivamente ao empreiteiro, ou seja, é ele o responsável pelo atraso. Se nos estão a dizer a verdade. Também foram solicitados trabalhos a mais para o novo centro escolar. Também sabemos que os atrasos que o empreiteiro provocou não tiveram qualquer custo, foram perdoados, ou seja, representaram um custo para o município, porque isto tem custos. Representaria de um para mil, ou seja, iria até um máximo de 20% da empreitada. Essas multas, ou penalizações, nenhuma foi aplicada. Devo dizer, também, que numa lógica de boa gestão não se perdoam multas e se contratam trabalhos a mais. Normalmente deveria fazer um acordo e as multas servem para pagar os trabalhos a mais porque há uma responsabilidade e há um custo em cumprir com prazos porque o município tem custos com isso, perde dinheiro. Resumindo, cada um tem que assumir a sua responsabilidade. O município representa o erário público, portanto, devia ter procedido de outro modo para não penalizar os severenses mais uma vez porque, no final de contas, são os severenses que perdem. Foi o dinheiro que foi para um lado e depois não há dinheiro para outro.-----

Sérgio Soares – Senhor presidente da Assembleia, eu acho lamentável a forma como o senhor continua a manifestar inoperância perante o nosso presidente da Câmara quando o nosso presidente da Câmara continua a mentir a esta assembleia e o senhor não o corrige, sendo um assunto da sua freguesia que o senhor devia conhecer muito bem. Mas, se calhar não conhece porque, se calhar, é de outra geração e ainda não está há anos suficientes neste concelho para conhecer os locais e a dinâmica da freguesia. Mas, pelos vistos, tanto um como o outro, se calhar, parece que conhecem melhor os concelhos vizinhos que até dizem que sabem o que é que as outras praias fluviais, em Oliveira de Frades, tinham. Que não é mais, nem menos, do que a praia fluvial da foz do Rio Teixeira, senhor presidente da Assembleia e senhor presidente da Câmara. Todas eram exatamente iguais e todas não tinham nada porque há oitenta anos que, nem Oliveira de Frades, nem Sever do Vouga, investem abaixo da quota 150 porque sabem que, mais ano, menos ano, ia vir uma barragem e ia submergir. Ou um ou outro vai ter que me dizer o que é que Sejães e o Vau tinham a mais do que a foz do Rio Teixeira. Todos já percebemos que é óbvio que aquilo que a Greenvouga apresentasse se calhar o senhor ia aceitar, até se lhe apresentasse um projeto de uma ETAR se calhar o senhor ia lá construir uma ETAR. O que lhe apresentaram é o que o senhor vai fazer. Entre defender os interesses da população e a da freguesia de Couto de Esteves, ou os interesses e o que a Greenvouga lhe apresenta, acho que é muito mais importante defender o que a Greenvouga lhe apresenta. Tanto é que era o que o senhor presidente da Assembleia, há sete anos atrás, sensivelmente, dizia, mas daquele lado, que vinha aqui, a este púlpito, perguntar que negociatas é que existiam entre

a Câmara e a EDP. Não sei se se lembra, senhor presidente da Assembleia, desses tempos. Eu lembro-me. Por fim, gostava que ficasse registado em ata o que o senhor presidente disse, para que todos os severenses soubessem, que o que existia em Sejães e no Vau eram praias fluviais e não eram o mesmo que existia na foz do Rio Teixeira e que, desde o início, que era o que estava previsto e que, quem quiser, pode ir á água. Gostava que ficasse mencionada para os severenses saberem.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor presidente da Junta de Couto de Esteves, eu lamento que continue com esse discurso, com esse tipo de argumentos que, honestamente, não sei, porque acho que é aquilo que você devia defender, se defende verdadeiramente os interesses da freguesia de Couto de Esteves e, quanto ao facto de eu não estar cá há muito tempo, estou há mais de duas décadas, estou ao tempo suficiente para ser um apaixonado pela freguesia, pelo concelho, e fazer o que posso por esta terra. Portanto, não me sinto minimamente tocado melindrado com as suas palavras. Uma coisa lhe digo: “presunção e água benta, cada um toma a que quer”.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à intervenção de Paula Coutinho, as tais incongruências que coloca em relação à comunicação e às comunicações passadas no que respeita, por exemplo, à Rua e Viela do Charrisco, o que aconteceu aí é que o empreiteiro não tinha apresentado o plano de saúde e segurança, portanto, o prazo só conta depois de ter entregado e, por isso, é que houve alteração aí. Conta a partir do prazo em que é entregue o plano de saúde e segurança e é essa alteração que aí está, não houve qualquer prorrogação do prazo, é a alteração do prazo legal a partir do momento em que entregou o plano de saúde e segurança. Relativamente ao centro escolar, todos nós sabemos que, como em qualquer obra, as coisas não ficam todas definitivamente bem e irão ser corrigidas neste período de validade das cauções e das seguranças normais da obra, que é o que eles estão a fazer, nomeadamente a questão do empoçar da água no campo de futebol onde já está prevista a sua correção. Isso é normalíssimo e são as obrigações do empreiteiro neste período de receção da obra. A obra foi recebida provisoriamente, tem um período de 5 anos para a receção definitiva e, durante esse período, são feitas essas correções. Por muito que se queira, por muito que os projetos sejam muito completos, nunca tem tudo aquilo que nós queremos. Essas questões do som, quando o projeto se fez, não havia pandemia, nem havia a necessidade dessas coisas. É possível que algumas das coisas agora tenham que ser adaptadas à realidade que vivemos e que não estavam, sequer, em obra, como compreenderá, com certeza. Quanto ao desfasamento entre o mapa de custos e o custo da obra, não há desfasamento nenhum. O mapa de custos, que aí está apresentado, tem outras coisas que foram complementares à obra. Inclui a aquisição de terrenos e essas coisas que não estão na adjudicação, eram custos que já estavam contemplados antes, portanto, o desfasamento é só este. No custo da obra da contratação inicial tem o valor e, depois, no custo final, tem as outras coisas todas à volta, o custo com a fiscalização, os custos com a aquisição de terrenos, etc., que somam depois ao outro, ao da adjudicação. Em relação aos relatórios, aquilo que eu fiz aqui foi exatamente uma sucessão cronológica, foi dar-vos uma panorâmica da evolução dos trabalhos. Eu ainda não cheguei a entender que relatório é que os senhores querem, porque a obra tem relatórios semanais da fiscalização. Se os querem todos, nós compilamos isso tudo e os relatórios todos, que hão de ser umas dezenas porque todas semanas havia um relatório semanal da fiscalização, portanto, compilamos todos e mandamos os relatórios todos da fiscalização para apreciarem porque não vejo que outro tipo de relatório é que queiram senão o de execução, que foi aquilo que eu fiz aqui. As prorrogações são todas prorrogações legais e, como tal, não têm multas. São prorrogações fundamentadas, prorrogações legais com pareceres, inclusive, e com pareceres jurídicos da CCDR que colocaram a questão de as mesmas serem, ou não, possíveis. Por isso, não têm que ter qualquer custo ou qualquer multa para o empreiteiro porque foram autorizadas, por nós, baseadas na fundamentação que fizeram das mesmas. Estou a responder, também, a Ana Tavares que colocou algumas questões sobre as prorrogações legais. Estão aí quais foram

as prorrogações, foram autorizadas e, como digo, todas elas prorrogações legais. Relativamente à intervenção de Sérgio Silva, só dizer que, essa palavra de mentir, não gosto dela porque eu não o faço, mas uma coisa lhe digo, é que não sou mal-educado. Só isto. Só lhe respondo a isto.-----

Patrícia Santos – Senhor presidente da mesa e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, público presente. Desde já, os meus parabéns. Todos nós vimos, neste último Natal, um vídeo promocional ao comércio local que nos sensibilizou pela sua simplicidade e franca motivação. Mas, a Campanha de Natal, que em tempos de pandemia, com o comércio em crise e o confinamento obrigatório, deveria ter sido adaptada à realidade, não o foi. Se não podemos sair de casa, levamos o comércio local até si. Este deveria ter sido o mote. As redes sociais tinham de ser muito mais aproveitadas, porque de digital a campanha teve muito pouco. Mais uma vez insisto que, em pleno século XXI, a Câmara Municipal não ter uma página nas redes sociais para promover o concelho e consequentemente o seu comércio, é um erro de principiante. Relembro, para os mais desatentos, que já não vivemos na idade da pedra. Quando, a 27 de novembro, nesta assembleia, apelámos à criação do Plano de Emergência Covid para colmatar as carências do comércio local e da indústria, o mesmo foi desvalorizado. Será que é do vosso interesse a sua implementação mesmo que digam que está rubricado no orçamento? Desde o início deste mandato que a bancada do PSD tem sistematicamente solicitado uma melhoria da informação escrita, o que teima em não acontecer. Mesmo com tantos lembretes e quatro anos depois, continuamos a receber uma informação escrita mal-alinhavada, mal estruturada e sobretudo, parca em informação relevante. Senão vejamos, lutamos contra o Covid há um ano, mas ao percorrer a informação escrita não encontramos qualquer referência à pandemia. Se é lapso, demonstra o desrespeito que abunda pelos alertas constantes em melhorar a informação escrita, se é propositado mais reforça o desrespeito pelos membros da assembleia e pelos severenses. Parabéns, o cabaz de alimentação foi muito bem conseguido. Mas na realidade, a quantas famílias chega? E as famílias sem subsídio, será que também não têm carências ao nível alimentar? Não nos devíamos esquecer que, por um cêntimo, se perde o direito a ter subsídio. Nesta informação escrita deparamo-nos com mais um plano estratégico de desenvolvimento turístico de Sever do Vouga, mais um plano. Mas, meus senhores, afinal quantos planos estratégicos de desenvolvimento turístico existem? Ainda na Assembleia Municipal passada, o senhor presidente disse que o plano estratégico de turismo estava caducado, porque era apenas para dez anos, mas parece-nos que caducou mais cedo, uma vez que desde o início deste mandato, não tivemos acesso a nenhum plano, deduzimos assim que este novo plano, ao qual teremos certamente acesso, é o substituto do caducado? Ficamos em dúvida. Mas este será elaborado para quantos anos? Por quem? Já que na Câmara não há técnicos para a sua elaboração como o senhor presidente disse, mais um erro de principiante, se o nosso concelho quer fomentar o turismo como uma das forças motrizes de desenvolvimento, já deveria ter um técnico de turismo no quadro. Portanto, será mais uma empresa de fora do concelho a fazer o plano? Tal como fizeram com o material covid? Lonas, camas, colchões, entre tantos outros itens, tudo adquirido a uma empresa fora do concelho, quando cá temos empresas que produzem esses mesmos itens. A pandemia deveria ensinar os senhores que devemos proteger as nossas empresas e as nossas gentes adquirindo bens dentro do concelho, nem que fosse ligeiramente mais caro. Afinal o saldo de gerência de quase dois milhões de euros é para quê? Para estes e outros imprevistos, não é um PPR. Mas, voltando ao turismo, o plano vai sair do papel? Planos são uma constante neste executivo, mas vê-los na prática é outra coisa. Basta ver o exemplo da Cascata da Cabreia que continua à espera que os planos saiam do papel. Relembro os senhores que as respostas aos processos judiciais nunca mais chegam. Devem estar em algum plano, ou será preciso um requerimento? Mais, na Assembleia Municipal de 27 de novembro, entreguei uma pequena lista de perguntas. Ora, se são

perguntas, espera-se uma resposta que não chega. Ou terá a lista de perguntas ido parar ao lixo? Obviamente que por engano, claro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Estamos a analisar a informação escrita e, em relação à informação escrita, há uma nota positiva que eu não queria deixar de fazer que é o de aumento da informação que nos é fornecida, designadamente em relação àquilo que foi a primeira experiência que tivemos com informações escritas ao longo deste mandato. Melhorou bastante, mas este, infelizmente, é o único elogio que eu gostaria de fazer nesta fase porque é evidente que, quando temos mais informação, essa mais informação permite-nos, também, avaliar a insuficiência daquilo que é a capacidade de execução da Câmara. Vimos uma lista bastante alargada de empreitadas que, neste momento, constam da informação escrita. Seria positivo, mas seria especialmente positivo se tivéssemos no primeiro ano deste mandato e não no último e esse é, se quisermos, o principal problema que nós vemos nesta informação escrita, é que essa informação, infelizmente, leva-nos a ter dúvidas sobre ela sobre a capacidade de execução e de conclusão dessas mesmas empreitadas no tempo que consta desta mesma informação escrita porque, infelizmente, foi isso que aconteceu no passado. Foi isso que aconteceu no passado porquê, porque tivemos empreitadas que constaram da informação escrita que, apesar de terem um prazo contratual previsto, não foram cumpridas e executadas no prazo devido e, aí, levanta-se um problema que é grave, muito grave, senhor presidente e que tem a ver com a questão da transparência, ou pior, a falta de transparência na execução destas mesmas empreitadas. Já se falou aqui, hoje, sobre a questão da empreitada do centro escolar. Eu gostaria de lembrar, mais uma vez, que aguardamos e já não aguardamos sentados, sequer, e nem suspendemos a respiração porque senão já teríamos morrido, com a informação que nos falta sobre o Ecocentro porque o Ecocentro, senhor presidente, até hoje, nunca nos explicou porque é que essa empreitada correu mal, teve que ser suspensa e não houve qualquer consequência para quem causou esse dano ao município. Em relação ao centro escolar, desculpe lá senhor presidente, eu vou-lhe falar com muita franqueza. Não nos toma por tolos. O senhor presidente fala em prorrogação legal? Desculpe, o senhor presidente da Câmara fez foi uma prorrogação graciosa, ou seja, tomou a iniciativa de depois nos enfiar uma informação escrita à assembleia municipal, que nos chegou ontem, a dizer que a responsabilidade pelo atraso era do empreiteiro porque desviou os meios para outra empreitada. O senhor presidente, o que nos veio dizer foi eu dei-lhe esse prazo, eu perdoei-lhe essa multa porque a responsabilidade, senhor presidente, ainda está no documento que nos enviou. Disse-nos e eu tomo por verdadeiras as suas palavras, está a sua assinatura em que nos diz a responsabilidade foi de empreiteiros que desviou os meios para outra empreitada. Ora, essa prorrogação graciosa que significou não aplicar multas e não aplicar multas é um por mil por dia, que pode chegar a vinte por cento da empreitada, e nós temos o cuidado de ler o contrato que o senhor presidente também nos enviou, significou perdoar o empreiteiro quase setecentos mil euros de multas. E, depois, temos do outro lado as obras a mais que o senhor presidente de Câmara nos apresentou, também, nesse mesmo relatório. Sim, senhor presidente, seria útil termos as informações, os relatórios escritos, da fiscalização da obra. Seria, também, útil ter a explicação do presidente da Câmara de porque é que perdoou multas de quase setecentos mil euros e ainda pagou, por cima, obras a mais. Isso é que é inexplicável, senhor presidente. Porque se nos tivesse dito aqui que as multas eram de seiscentos mil euros, houve aqui uma parte nós assumimos e, portanto, a coisa ficou, recompensámos, enfim, perdoámos as multas e não pagámos os trabalhos a mais, nós até perceberíamos. Podíamos até dizer ok, haveria aqui um valor que poderia ser discutível, mas o senhor presidente concluiu empreitada e resolveu o problema, mas não foi isso que nos veio aqui dizer. O que nos veio aqui dizer é que não só perdoou as multas, que significam dinheiro como ainda foi pagar mais por cima a um empreiteiro e, portanto, essa é, se quisermos, a questão que tem alguma gravidade do ponto de vista da falta de

transparência da execução desta apresentada. Digo-lhe, também, que há uma outra informação que nos enviou e que nos deixa as maiores dúvidas e que eu não queria, também, deixar de abordar e diz respeito às contratações que foram feitas no que diz respeito aos painéis publicitários a uma empresa daqui de um concelho vizinho. O CDS, no início desta crise pandémica, disse que colocava à disposição do município os seus suportes para que, se quisessem usar, poder usar. O município não quis usar, nunca nos disse nada e foi contratar a uma empresa por valores, senhor presidente, que eu considero absurdos. E, se quer que eu lhe diga, porque é que eu digo são absurdos, porque sabe que há uma tabela que é publicada pela entidade de contas e dos financiamentos dos partidos políticos, que é publicado em Diário da República, e que nos diz quais são os valores mínimos e os valores máximos de mercado para se considerar aquilo que são as adjudicações nesta área dos suportes publicitários que, aliás, são aquelas que servem para todos os partidos que fazem campanha eleitoral saberem que, acima desses valores e abaixo desses valores, algo de irregular está a passar. Eu confesso, senhor presidente, que fiquei muito preocupado quando vi que tinha adjudicações acima do valor dessa mesma tabela, que é grave e pouco transparente e que carece de explicação, senhor presidente, porque nós sabemos que estamos num ano que se aproxima de umas eleições, num ano em que questões como as do financiamento de campanha eleitoral se vão colocar em cima da mesa, ter adjudicações com o erário público acima do valor de tabela que é publicado pela entidade de contas e financiamentos dos partidos políticos, que é um organismo público e que publica em Diário de República esses mesmos valores, significa que algo de muito estranho se passou porque, se temos um valor que é fixado entre mínimo e máximo para todo o país, se a Câmara de Sever adjudica acima desse mesmo valor, significa que parece que Sever não faz parte de Portugal e não está neste universo e isso carece de explicação também, senhor presidente e, portanto, são matérias que eu diria, depois dos elogios que fiz no início desta minha intervenção, careceriam de uma explicação cuidada por parte do senhor presidente de Câmara, porque em matérias de transparência eu acho que ninguém de nós beneficia, nem o senhor presidente da Câmara nem nós, que somos oposição, beneficia de nebulosas, portanto, eu gostaria que fosse explicado à assembleia municipal como é que o senhor presidente adjudica outdoors, mini outdoors, nomeadamente, acima dos valores de referência que existem para o país todo e que são fixados oficialmente.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Já várias vezes que tenho vindo aqui falar neste ponto, e quase sempre sobre o mesmo assunto. Parece-nos que já era tempo de ler a informação escrita antes de a enviar. Falo, senhor presidente, como não podia deixar de ser, e, como já sou conhecida neste ponto, da informação quanto aos processos. Um passarinho até já me tinha soprado que na Câmara se falava para ter cuidado aqui, senão eu vinha falar, o passarinho deve ter sido espantado porque esta informação continua sempre muito estranha. A informação quanto aos processos já conhecidos continua a ser sempre a mesma, e que nós sabemos que não está correta, até pelos prazos a que qualquer interveniente processual está obrigado, e mesmo pela informação das responsabilidades contingentes que já nos foi dada a conhecer da última vez. Por outro lado, também foi possível reparar que surgiram processos novos que nunca constaram de nenhuma das informações anteriores e mesmo da última informação das responsabilidades contingentes, alguns até já se encontram terminados, isto é que a justiça foi rápida. O que é bem demonstrativo da falta de cuidado que é colocada na elaboração desta informação. Por isso, senhor presidente, parece-nos que é mais digno da informação, além de indicarem o n.º do processo, a data em que o mesmo foi instaurado, a data em que foram citados e posteriormente apresentaram a contestação, caso sejam réus, a data em que receberam a última notificação, assim como as datas das sentenças ou acórdãos, pois assim teremos mais e melhor informação sobre os processos. Já anteriormente tinha solicitado que esta informação escrita trouxesse também os

processos de contraordenação, que, muitas vezes trazem uma responsabilidade acrescida para o município, conforme se pode verificar pelo Processo 125/20.2TBOFR em que o município foi condenado no valor de € 9 000,00, nem sabendo a que se refere. Por isso, senhor presidente, gostaríamos que tivesse mais cuidado na elaboração deste documento e que nos trouxesse informação atualizada.-----

Pedro Mendes – Muito obrigado, senhor presidente. Eu vou dispensar os votos para poder aproveitar, por isso peço desculpa a todas as presentes e a todos os presentes. Já muita coisa foi dita sobre esta informação escrita, muitas das coisas relacionadas com o covid, tive a oportunidade de verificar o apoio através de cabazes alimentares no âmbito do confinamento e do período de aulas à distância eu gostava de perguntar ou de questionar o executivo sobre quais foram as regras que estiveram na base da atribuição dos cabazes, quais foram, no fundo, os critérios e se isto foi gratuito para todas as pessoas ou se algumas famílias pagaram os cabazes. E pergunto, também, já foi aqui falado pelo meu colega António Dias e também pelo do senhor presidente relativamente ao apoio digital e tecnológico às famílias, mas há aqui uma parte que me preocupa bastante. Não é apenas os instrumentos e os equipamentos, mas se esta Câmara Municipal tem previsto algum apoio para as famílias que têm dificuldade no âmbito das competências digitais para poderem ajudar os filhos no âmbito do ensino à distância em casa. Depois, talvez não fosse uma informação muito importante nesta altura estar nesta informação escrita, mas fala-se do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico e fiquei confuso porque falam de um diagnóstico preliminar, mas eu não vi resultados nenhuns, ou seja, não faço ideia quais foram os resultados e há outra coisa, também, que me preocupa, é que a construção deste plano estratégico tenha a previsão de incluir agentes locais na elaboração do plano, mas preocupa porque, de facto, eu creio que, provavelmente, as pessoas que deviam ser ouvidas eram os potenciais visitantes e os potenciais turistas. Questiono, também, se vão ser envolvidos neste processo e, depois, como é que calculam o prazo de execução das obras? Chamou-me a atenção o alargamento e pavimentação da Rua do Cão. A data do ofício de aprovação do PSS é anterior à data do auto de consignação. O mesmo não acontece nas outras obras que são aqui apresentadas, nem os cálculos são feitos da mesma forma relativamente aos prazos de execução e gostava apenas de deixar um último apontamento. Foi aqui dito sobre obras e prorrogação de obras. Muitas vezes a justificação deste executivo é que a prorrogação é feita porque não há empreiteiros e porque os empreiteiros têm muitas horas para fazer fora daqui, mas tendo em conta que as prorrogações são sempre gratuitas e que nós ainda pagamos por trabalhos adicionais, eu se fosse empreiteiro provavelmente gostaria de fazer obras em Sever do Vouga.-----

Sérgio Soares – Senhor presidente muito obrigado. E eu gostaria de dizer que também considero que o respeito democrático é muito bonito nesta assembleia e percebo que, pela resposta senhor presidente da Câmara, que relativamente à intervenção do presidente da Junta de Freguesia de Couto Esteves disse apenas que o senhor que não é mal-educado. Eu percebo que, nem o presidente de Câmara, nem o senhor presidente da assembleia, respondam às perguntas que aqui coloquei, mas gostava de saber, já agora, senhor presidente da Câmara, gostava de saber onde é que fui mal-educado. Insinuou isso. Já que não responde às perguntas que lhe são feitas, que esta assembleia lhe coloca, que foram várias hoje pela minha pessoa, relativamente à sua resposta gostava de saber onde é que houve falta de educação.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à intervenção de Patrícia Santos, começava aqui pela parte do turismo, uma vez que várias pessoas falaram aqui da criação do Plano Municipal de Turismo. O plano já está em construção, em fase de diagnóstico. Todas as pessoas que queiram participar podem fazê-lo. Os membros da Assembleia Municipal vão ser convidados a darem contributos, assim como os vereadores e, ainda, todas as forças vivas do concelho. Quanto à equipa, é uma equipa especializada do Instituto do Planeamento e Desenvolvimento do Turismo em Portugal, uma entidade muito conhecida e muito respeitada nesta área e com provas dadas ao nível do turismo em

Portugal e com grande estratégia na criação destes planos. Fico surpreendido, às vezes, com as intervenções, porque nós, num lado somos acusados de não ter planificação e planeamento e depois nos outros somos acusados de ter planos a mais, portanto, não sei onde é que querem ficar, mas nós temos os planos que são necessários e que sentimos serem necessários para trabalhar áreas onde temos mais dificuldade em fazê-lo internamente. Embora tenhamos técnicos de turismo dentro do município, um plano estratégico não é uma coisa feita apenas por uma área do saber, não é apenas feita por um técnico de turismo, é feita em vários níveis por uma equipa técnica capaz que vai prever o futuro do turismo no concelho a prazo. O anterior estava previsto para 10 anos e foi executado praticamente tudo aquilo que nele estava previsto e este irá prever, também, um período de ação dentro da área do turismo no concelho para um período daqui para a frente. -----

Relativamente ao covid, dizer que aquilo que tem sido feito está registado. A questão da aposta nas escolas e nos jovens, talvez falte aqui alguma coisa, não sei se o Pedro Mendes quereria referir-se à questão da fibra ótica ou não. Em relação aos equipamentos, portanto, aquilo que já disse, nós tínhamos distribuído equipamentos conforme as necessidades. Foi feita uma listagem, uma abordagem às turmas das escolas dos vários escalões, para se ver quem é que tinha necessidade de equipamentos ou também de acesso à net, portanto foi dentro dessa base que foi feita a distribuição com a indicação dos próprios professores nas escolas. Relativamente aos cabazes, foram distribuídos 88 da lista criada com base nos alunos com ação social escolar dos escalões A e B. Quanto à primeira reunião para o Plano Municipal de Saúde, a mesma era para ser realizada em janeiro, mas não foi convocada por causa da situação vivida nesse mês. A empresa que está a trabalhar com as pessoas que se disponibilizaram no Conselho Municipal de Juventude, já me ligou porque, entretanto, estavam em contactos com a Universidade de Coimbra para adicionarem um técnico especializado, um professor da Universidade de Coimbra, para apoiar na realização do plano, portanto, penso que não demorará muito a vocês serem abordados e a começarem a ser contactados para o avanço do plano. Sobre a questão das redes sociais, estamos a trabalhar nisso e espero que, na próxima assembleia, já estejam criadas. Quanto aos planos de emergência covid, são as várias ações que nós temos tido, a vários níveis, embora, como tinha dito no início desta assembleia, estamos a reformular o plano que está em fase de aprovação final e que também inclui algumas situações novas relacionadas com o combate à pandemia. As medidas têm sido tomadas por deliberação e por despacho e por decisão da Câmara. Relativamente à estratégia de publicitação dos que tem a ver com os painéis e aquela explicação que foi dada, nós não nos regemos pelas mesmas tabelas da ação política, pois isto são contratações de equipamentos onde são pedidos preços e são adjudicadas pelos valores. Quase sempre são entregues a quem apresentou o melhor preço, é assim que as coisas funcionam, e independentemente de serem empresas de cá ou de fora. Normalmente a maior parte das contratações, quer de serviço quer de equipamentos, quer de empreitada, têm sempre em conta o preço mais baixo, portanto, é por aí que são feitas as contratações. Em relação à intervenção de Diana Paiva, a informação que aí está colocada na comunicação é-me dada pela jurista da Câmara. Posso-lhe pedir para melhorar isto de certa forma, mas esta é a informação daquilo que é o movimento dos processos e das ações no gabinete jurídico da Câmara. Relativamente a essa última situação que falou, de uma contraordenação do Ersar, essa informação está aí agora porque foi quando saiu a sentença, que foi há dias. Já agora, quero dar uma explicação adicional. Tínhamos dois processos em curso, exatamente pelos mesmos motivos, fomos absolvidos num deles e penalizados no outro. Isto é apenas para dar a panorâmica de como é que trabalham os tribunais e como é que os juízes decidem, no mesmo tribunal, com dois processos semelhantes e tudo, e com sentenças diferentes. Relativamente à questão do relatório escrito, voltando a esta história, eu vou tentar, como disse há bocado, compilar os relatórios todos do acompanhamento da obra para vos fazer chegar, não tenho qualquer problema e não tenho aqui qualquer receio de não ser transparente nesses aspetos, pois não

há aqui qualquer falta de transparência. Posso-vos enviar o processo todo, se necessário, e os relatórios todos da execução da obra, sabendo que são muitos e que é um processo complicado e que vão ter muito tempo para o visitar.-----

1.2 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2021: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 1ª Modificação Orçamental, com anulações na receita e na despesa no valor de € 2 000 000,00 (dois milhões de euros).-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Presidente da Câmara Municipal – Esta proposta de alteração modificativa tem por base a integração do saldo da gerência anterior, no valor aproximado de € 1 500 000,00 e aumento das transferências do Estado em cerca de € 500 000,00. Como já tinha anunciado previamente, parte desta alteração é para a afetação aos acordos com as freguesias, o reforço de algumas obras e projetos intermunicipais da CIRA.-----

Tony Martins – Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes das Juntas de Freguesia, minhas senhoras e meus senhores. A primeira alteração orçamental do orçamento de 2021 diz, fundamentalmente, respeito à formalidade de incorporação da transferência de capital do Estado de € 442 000 000,00 e do saldo de gerência no valor de € 1 500 000,00 de 2020. Como temos vindo a alertar, esta operação confirma e reflete bem a política de cativações e gestão corrente que o Executivo tem vindo a adotar desde o início desta legislatura, sendo que as obras e trabalhos previstos não têm sido feitos em tempo útil, prova disso é a falta de execução orçamental. Agora que estamos no último ano de mandato deste executivo, e em jeito de balanço, reparamos que esta foi a estratégia adaptada ao longo dos anos, empurrando para a frente as decisões e investimentos tão necessário ao desenvolvimento do nosso concelho, que se encontra como que “parado no tempo”, e isso, nos tempos atuais, não é bom, é regredir e deixar-se ultrapassar pelos municípios que nos rodeiam. É caso para perguntar ao executivo o seguinte: desses quase € 2 000 000,00, quanto é que realmente será investido na saúde, na educação, no apoio social e economia local até ao fim do mandato? O executivo ignorou e continua a ignorar completamente a nova realidade do concelho e as novas dificuldades dos seus munícipes, quer seja no reforço de apoio social, no apoio à saúde, apoio à educação e até apoio à indústria e comércio do concelho. Como todos sabemos, a pandemia é uma realidade que afeta diretamente cada um de nós e infelizmente não podemos ignorar, que ela está para durar. É dever do executivo, visto que foi eleito pelos cidadãos para os servir e zelar pelos seus interesses (e não o contrário), planear e preparar medidas que promovam soluções para atenuar ou até ultrapassar, essas dificuldades. Contudo, não vemos qualquer alteração neste documento que vá nesse sentido, isto é, o executivo perdeu uma vez mais, uma oportunidade de corrigir o documento e considerar essas lacunas. Ainda sobre esta modificação orçamental, reparamos que foram incluídos alguns projetos de âmbito cultural e turístico, nomeadamente Nature Storytelling, SustentArte, Rota do Megalítico e WIFI4EU. Nesse sentido, sabendo que foi adjudicado a uma empresa a execução de um plano de desenvolvimento turístico do concelho, perguntamos se o mesmo já foi feito? Se faz sentido contratar esse serviço e depois tomarem-se decisões á margem desse plano? A nós, parece-nos que não, mas gostaria de ouvir a explicação do senhor presidente. Reiteramos, aqui, que nos preocupa as fracas taxas de execução orçamental sucessivas que foram de 84% em 2020. Estas colocam em risco as contas do município, conforme definido no ponto 3 – Art.º 56º do Decreto-Lei n.º 73/2013 que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Foi preciso o PSD falar e chumbar o orçamento anterior e exigir a execução das obras à tantos anos pedidas pelos munícipes e prometidas pelo atual executivo para que as mesmas avançassem, bem como o

reforço das verbas atribuídas às juntas de freguesia. Se as vemos agora avançar, muito se deve a nós que lutamos insistentemente pelo bem-estar dos severenses, porque para nós os severenses estão em primeiro lugar. Os severenses merecem mais, mas empenho, mais planeamento, mais proteção deste executivo. Muito obrigado pela vossa atenção.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta. Este, se quisermos, é o último ano em que fazemos uma alteração orçamental para incorporação do saldo. E é bom lembrar aquilo que é a história da execução dos orçamentos desta Câmara ao longo deste mandato. Nós começámos por apelidar os orçamentos como sendo os orçamentos dos cinco euros, à semelhança daquilo que são as antigas lojas dos trezentos e lojas do euro porque esta Câmara apresentava orçamentos em que atribuía cinco euros para qualquer obra que fosse suscetível de ser executada, o que não permitia, na realidade, à Assembleia Municipal fiscalizar aquilo que eram os efetivos e objetivos de cada ano que se desenrolava para aquele orçamento e aquilo que nós contestámos, desde o início, foi que essa não era uma forma correta de fazer os orçamentos porque, na realidade, não permitia essa mesma fiscalização e punha em causa a transparência da execução dos mesmos. Ora, em 2020 foi possível conversarmos, entre todos, e alcançar um orçamento que refletia não apenas aquilo que eram as preocupações da Câmara, mas, também, aquilo que eram as preocupações da maioria da Assembleia Municipal que não é da mesma cor da Câmara e, passado um ano, o que é que aconteceu? A Câmara não foi capaz de executar aquilo com que se comprometeu com a oposição em 2020 e um milhão e meio de euros é o saldo orçamental que ficou do ano anterior, ou seja, a Câmara assumiu compromissos, não os cumpriu e esse é o saldo que resta da não execução desses mesmos compromissos e que passou para este ano. E, em 2021, a opção desta maioria que governa a Câmara, foi a de pescar à linha os votos que eram necessários para a aprovação do orçamento sem ter em conta aquilo que eram as diversas posições das bancadas na Assembleia Municipal. Ora, isso tem, senhor presidente de Câmara, obviamente, riscos e é o risco, desde logo, é do senhor presidente da Câmara fazer aos deputados que pescou à linha para obter a aprovação para o orçamento deste ano, o mesmo que fez às bancadas com que negociou o ano passado para a aprovação do orçamento, ou seja, o de não cumprir aquilo com que se compromete. Infelizmente, é aquilo que nós tememos em relação ao orçamento deste ano. Sabemos que é um ano de eleições. Sabemos que o senhor presidente, exatamente para procurar obter a maior vantagem eleitoral possível, fará tudo o que puder para pôr alcatrão nas ruas, fazer muros e, aliás, a informação escrita, que acabámos de discutir no ponto anterior, é exatamente sinal disso, mas, infelizmente, senhor presidente, se fosse ano de eleições todos os anos e que isso servisse para que Sever melhorasse as suas condições de vida, nós não nos importávamos. Infelizmente, sabemos que não foi isso que aconteceu nos três anos anteriores e também não acreditamos que, neste ano, consiga melhorar muito mais apesar de ser ano de eleições. Portanto, nós tivemos o cuidado de dizer que votávamos contra o orçamento que nos foi apresentado, a esta assembleia municipal, por não acreditarmos na capacidade de execução da Câmara. Agora, também dizemos, com toda a franqueza, que não será por causa desta alteração orçamental que irão dizer que nós obstaculizamos. Sabemos que os valores que aqui estão em cima da mesa são, essencialmente, para a realização da empreitada, mas também tiveram os orçamentos e as alterações orçamentais anteriores todas aprovadas e não foi por causa disso conseguiram cumprir. Não será por esta razão, também, mais uma vez, que não irão conseguir cumprir. Agora, infelizmente, aquilo que nós consideramos é que falta fazer muito mais. Falta fazer muito mais e essa é uma responsabilidade que recai sobre a Câmara e em que, ano após ano, aquilo que nós nos fomos sempre apercebendo é que, infelizmente, a capacidade de concretizar, por parte desta maioria, fica aquém daquilo que é desejável por todos os Severenses.-----

Presidente da Câmara Municipal – Na introdução deste ponto, fiz referência que esta alteração era basicamente para a incorporação do saldo da gerência anterior e que se

traduzia numa afetação àquilo que são as maiores obras que estão aí previstas para execução, este ano, e também para a integração de algumas candidaturas já aprovadas que o senhor deputado Tony Martins fez questão de falar. É exatamente isso, portanto, é basicamente disso que se trata, para afetar também às rubricas que acordámos com as freguesias e é sempre na assembleia de fevereiro que se trata da transferência do saldo da gerência anterior. Sobre o mesmo ser grande ou pequeno, volto a dizer que nos comparamos a outros municípios para umas coisas para os outros já não interessa comparar. Se nos compararmos aos nossos municípios vizinhos, podem crer que o saldo que transferiram eles, todos, é muito maior do que o nosso. Aveiro, por exemplo, transfere € 50 000 000,00, não é € 1 500 000,00, portanto, isto é uma operação normal. As previsões são feitas em setembro para a transferência do saldo, não tem a ver diretamente com a falta de execução, tem a ver com receitas que se cobram depois disso. Estes quatrocentos e tal milhões são receitas que vieram depois, são transferências depois disto, depois do apuramento do saldo.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 1ª Alteração Modificativa.-----

Quinze votos a favor – Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Renata Marques e Sónia Correia.-----

Treze abstenções – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.3 Concurso para Chefe de Divisão Financeira – Designação do Júri: - No seguimento da aprovação da abertura de um procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 2º Grau – Chefe de Divisão para a Unidade Flexível Financeira, em reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2021, o presidente da Câmara Municipal apresentou proposta à Assembleia Municipal para a designação do respetivo júri, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a designação do júri para o procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente 2º Grau – Chefe de Divisão para a Unidade Flexível de Desenvolvimento Social, composto pelos seguintes elementos:-----

- **Presidente:**-----
Dr. Luis Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Sever do Vouga;-----

- **Vogais efetivos:**-----
1º Vogal efetivo – Ismail Cravid Nobre de Carvalho, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Oliveira de Frades;-----
2º Vogal efetivo – Joaquim Miguel Coimbra de Castro, Chefe de Divisão Financeira da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.-----

- **Vogais suplentes:**-----
1º Vogal suplente – Maria Andrea Madeira Dias, Chefe de Divisão Financeira da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;-----
2º Vogal suplente – Emanuel Filipe Sá Alves de Oliveira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Ovar.-----

Quinze votos a favor – Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Renata Marques e Sónia Correia.-----

Treze abstenções – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.4 CPCJ – Relatório de Atividades 2020 e Plano de Ação 2021: - O órgão deliberativo analisou e apreciou o Relatório de Atividades de 2020 e Plano de Ação para 2021 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções.-----
Diana Paiva – Renovo os cumprimentos. Eu sei que este ponto é só para apreciação, mas gostava de dar o meu ponto de vista sobre este último ano e o que se avizinha. Faço parte da comissão alargada, portanto, não acompanho processos que são acompanhados pela comissão restrita por ter processos de menores ativos no concelho. A comissão alargada tem como função desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para crianças e jovens. Temos reuniões mensais para encontrar meios e formas de divulgação de várias campanhas dirigidas às crianças, às famílias e jovens. Este ano que passou revelou-se muito complicado, em termos das várias campanhas que pretendíamos realizar, devido à situação de Covid-19, pois que, muitas das ações, envolviam muitas pessoas no mesmo espaço. Tivemos que passar muitas das ações exclusivamente para as crianças que estão nas escolas, assim como aos jovens que as frequentam, onde, algumas vezes, encontramos resistência por parte do agrupamento de escolas. Por vezes, o executivo municipal podia dar alguma colaboração, no sentido de articular também com o Agrupamento esta colaboração, pois que terá outra posição e facilidade de comunicação com esta entidade. Há ações também destinadas à população em geral, às famílias, com partilha de experiências e formas de ultrapassar dificuldades, no entanto, com as restrições impostas pela Covid-19, tudo ficou mais complicado, algumas canceladas. Todos estes constrangimentos, tudo aponta, irão manter-se no ano presente, onde estamos a avançar com propostas de atividades que não sabemos se as poderemos dinamizar, sendo certo que aí a Câmara Municipal poderia dar mais visualização destas atividades também na sua página web. Em vez de ter só uma referência à CPCJ, poderia também divulgar o trabalho e as ações da comissão alargada, apresentando já essa disponibilidade em vez de esperar que a CPCJ o requeira. Nesta altura, quero dizer que a CPCJ ficou desfalcada pois que, a sua secretária, e representante do Município, que integrava a comissão restrita saiu da mesma, por motivos profissionais, pois que encontrou algo mais de acordo com aquilo que pretendia profissionalmente, e que era bom que a Câmara encontrasse alguém rapidamente, mas que tivesse a competência necessária e conhecimentos profundos sobre o que é a CPCJ e a temática da promoção e proteção de crianças e jovens em perigo uma vez que terá que integrar a comissão restrita, onde a envolvência técnica e emocional é muito grande.-----

1.5 Conselho Cinegético Municipal – Eleição: - Por voto secreto, foi eleito o senhor Carlos Manuel Martins Tavares para fazer parte do Conselho Cinegético Municipal de Sever do Vouga como autarca eleito pela Assembleia Municipal.-----

Votos sim – 21;-----

Votos não – 1;-----

Votos em branco – 4;-----

Votos nulos – 2.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Não houve qualquer participação.-----
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----